

Um roteiro para o próximo presidente

Eleon. Brasil

ESTADO DE SÃO PAULO

21 NOV 1984

O combate à inflação como principal prioridade dos novos governantes da Nação, ao lado de reformas tributária e constitucional, são apenas algumas das dezenas de proposições sugeridas no decorrer da análise de 18 temas, sintetizando um ano de estudos, 13 conferências e 20 trabalhos, abordados num documento de 108 páginas.

Trata-se do "Roteiro para a Nação Brasileira", divulgado ontem pelo presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, em comemoração aos 90 anos da entidade, que será entregue, na próxima semana, aos candidatos à Presidência da República.

Redigido pelos professores Julian Chacel e Oliveira S. Ferreira e pelo economista Marcel Domingos Solimeo, após trabalhos desenvolvidos por empresários de vários setores da economia e acadêmicos, o Roteiro parte dos pressupostos da liberdade de iniciativa, do equilíbrio entre os domínios político e econômico e da harmonização entre objetivos de curto e longo prazos. Divide-se em três grandes áreas: temas político-institucionais, assuntos econômico-financeiros e questões demográficas, que resumem uma proposta de



filosofia de governo a ser apresentada à nova administração federal.

"Na encruzilhada do tempo histórico, a fase que se inicia em março de 1985 não pode deixar de ser caracterizada por um outro estilo de governo, que restabeleça o equilíbrio de poderes, reitere mecanismos federativos e revigore a participação da sociedade nos processos decisórios", salientam os autores na apresentação do Roteiro. Nesse sentido, o presidente da Associação Comercial lembra que a abertura política pressupõe participação e creditação que, desta vez, o empresariado será ouvido.

Ao mesmo tempo, destaca que "não pode haver democracia social sem democracia econômica". E esta começa pelo controle da inflação e do déficit público, por meio de uma reforma tributária e política de redução de despesas, o que só pode ser obtido com a descentralização do poder. Para isso, porém, é imprescindível uma reforma constitucional, que restabeleça o caráter federativo.

INSTITUCIONAL

Dessa forma, o Roteiro propõe como primeiro passo a urgente reformulação institucional. "Para conseguir esse objetivo, o futuro presidente da República deve, logo nos primeiros dias de seu mandato, convocar um grupo de renomados juristas e representantes dos diferentes grupos sociais para, com prazo certo e fatal, redigir anteprojeto de Constituição a ser submetido ao Congresso a ser eleito em 1986."

O documento destaca, porém, que a questão da representação política é essencial e, para a eleição do Congresso em 1986, deve ser adotado o sistema eleitoral distrital misto — já previsto na Constituição. Ainda no plano institucional propõe a total liberdade dos sindicatos, não submissos ao Estado, pois só assim abrirá caminho para a democracia social.

No tópico Defesa e Segurança Nacional, Afif Domingos destaca os pontos de modernização e reaparelhamento das Forças Armadas, profissionalização dos seus efetivos, revisão das leis de promoções para reter por mais tempo os oficiais na ativa.

DÍVIDAS

A política externa, segundo o Roteiro, deve ser definida por um conselho presidido pelo chefe do governo, secretariado pelo ministro das Relações Exteriores e integrado pelos ministros das áreas econômicas e militares e pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado. Dessa forma, poderiam ser harmonizados os vários aspectos da política externa, como da esfera comercial, do plano diplomático e da renegociação da dívida.

O ponto central da dívida externa, de acordo com o trabalho, é o pagamento dos juros. Nesse sentido, destaca como a proposição mais interessante a da "capitalização parcial dos juros no curto prazo, sendo a parcela diferida incorporada ao principal da dívida e automaticamente transformada em no-

vo empréstimo de longo prazo", junto com uma renegociação política para alterar as rígidas normas dos bancos comerciais.

No tópico "O Estado e a Ordem Econômica", o documento assinala que a redução do déficit público deve ser buscado pela combinação de uma seletiva revisão de tributos com um efetivo corte das despesas, complementados pela unificação dos orçamentos e por uma reforma tributária ampla, que redefina receitas e encargos.

"A descentralização deve ser a linha básica dessa reforma", salienta Afif Domingos. Ao mesmo tempo, o documento aponta a necessidade de definir e delimitar a atuação do Estado na economia, evitando a presença definitiva do governo em área onde sua intervenção surgiu como transitória.

A retomada do desenvolvimento é defendida por meio de uma política de estímulo à exportação, aliada à efetiva prioridade ao setor agrícola, com a fixação de ambiciosa meta para produção de grãos. Na área social, prossegue o presidente da ACSF, propõe-se liberdade sindical, livre negociação dos salários e fixação de um salário mínimo que mantenha o poder de compra ao longo do tempo. Além disso, sugere a reorientação do investimento público para regiões e ramos de atividades como a agroindústria, que demandem maior utilização de mão-de-obra.

Também na área social, o Roteiro sugere um programa de complementa-

ção alimentar para as camadas de baixa renda, especialmente do Nordeste, com subsídios do Finsocial, inserido em um abrangente Programa Nacional de Saúde. Para isso, como lembra Afif Domingos, é defendida a passagem do Inamps para o Ministério da Saúde.

Já na área educacional, os autores do estudo recomendam a inversão da prioridade na destinação de recursos em educação em favor da pré-escola e do ensino básico.

Entre os demais trabalhos, o documento opina sobre a auto-suficiência energética, afirmando que a política de substituição de importação de petróleo deve prosseguir, aproximando-se os investimentos à mobilização mais imediata do suprimento de gás natural e necessários à continuidade do aproveitamento dos recursos hídricos. Também aborda a questão da tecnologia e reserva de mercado, defendendo a importação, na medida em que os países em desenvolvimento podem beneficiar-se do estoque de pesquisa científica e de tecnologia acumulado pelo mundo desenvolvido.

Na política de investimentos, sugere análise cuidadosa, principalmente em projetos de grande escala, devido à complexidade do processo inflacionário. A decisão de investir deve ser bem pesada para reduzir desequilíbrios que resultem no endividamento interno e externo e para mobilizar a limitada poupança nacional em projetos de retorno rápido.